

COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA
D.J. 16.06.2006
EMENTÁRIO Nº 2 2 3 7 - 2

21/02/2006

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 86.879-7**SÃO PAULO****RELATOR ORIGINÁRIO : MIN. JOAQUIM BARBOSA****RELATOR PARA O : MIN. GILMAR MENDES****ACÓRDÃO**

PACIENTE(S) : RENATO BENTO MAUDONNET JÚNIOR OU RENATO BENTO MAUDONNAT JÚNIOR
IMPETRANTE(S) : ADRIANO SALLES VANNI E OUTRO(A/S)
ADVOGADO(A/S) : CARMEM DA COSTA BARROS
COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: 1. *Habeas Corpus*. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 7.492, de 1986). Crime societário. 2. Alegada inépcia da denúncia, por ausência de indicação da conduta individualizada dos acusados. 3. Mudança de orientação jurisprudencial, que, no caso de crimes societários, entendia ser apta a denúncia que não individualizasse as condutas de cada indiciado, bastando a indicação de que os acusados fossem de algum modo responsáveis pela condução da sociedade comercial sob a qual foram supostamente praticados os delitos. Precedentes: HC nº 86.294-SP, 2ª Turma, por maioria, de minha relatoria, DJ de 03.02.2006; HC nº 85.579-MA, 2ª Turma, unânime, de minha relatoria, DJ de 24.05.2005; HC nº 80.812-PA, 2ª Turma, por maioria, de minha relatoria p/ o acórdão, DJ de 05.03.2004; HC nº 73.903-CE, 2ª Turma, unânime, Rel. Min. Francisco Rezek, DJ de 25.04.1997; e HC nº 74.791-RJ, 1ª Turma, unânime, Rel. Min. Ilmar Galvão, DJ de 09.05.1997. 4. Necessidade de individualização das respectivas condutas dos indiciados. 5. Observância dos princípios do devido processo legal (CF, art. 5º, LIV), da ampla defesa, contraditório (CF, art. 5º, LV) e da dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III). Precedentes: HC nº 73.590-SP, 1ª Turma, unânime, Rel. Min. Celso de Mello, DJ de 13.12.1996; e HC nº 70.763-DF, 1ª Turma, unânime, Rel. Min. Celso de Mello, DJ de 23.09.1994. 6. No caso concreto, a denúncia é inepta porque não pormenorizou, de modo adequado e suficiente, a conduta do paciente. 7. *Habeas corpus* **deferido**.

A C Ó R D Ã O

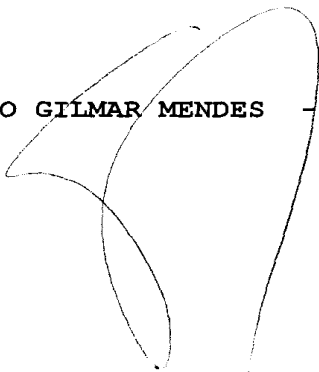
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a



presidência do Senhor Ministro Celso de Mello, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, deferir o pedido de habeas corpus, nos termos do voto do Ministro Gilmar Mendes.

Brasília, 21 de fevereiro de 2006.

MINISTRO GILMAR MENDES - REDATOR P/ O ACÓRDÃO

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and curves, positioned over the text of the signature line.

13/12/2005

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 86.879-7 SÃO PAULO

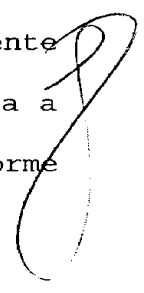
RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
PACIENTE(S) : RENATO BENTO MAUDONNET JÚNIOR OU
RENATO BENTO MAUDONNAT JÚNIOR
IMPETRANTE(S) : ADRIANO SALLES VANNI E OUTRO (A/S)
ADVOGADO(A/S) : CARMEM DA COSTA BARROS
COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (Relator): Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de RENATO BENTO MAUDONNET JÚNIOR, tendo por autoridade coatora o Superior Tribunal de Justiça, que denegou o writ impetrado àquela Corte.

O paciente fora denunciado pela prática dos crimes descritos nos arts. 4º, *caput*, e 7º, II, da Lei 7.492/1986 e no art. 288, *caput*, do Código Penal, todos na forma do art. 29 do Código Penal.

Os impetrantes alegam inépcia da denúncia, por ausência de descrição pormenorizada da conduta do paciente. Argumentam que foi considerada a premissa equivocada de que o paciente teria exercido a gerência da empresa SPLIT Corretora de Mercadorias Ltda., quando, na verdade, apenas lhe foram outorgados poderes temporários e específicos, os quais somente poderiam ser exercidos em conjunto por dois procuradores, para a movimentação de contas correntes predeterminadas, conforme



instrumento público de mandato. Além disso, teria ocorrido "verdadeira aplicação de responsabilidade objetiva, o que é, indiscutivelmente, inaceitável em se tratando de direito penal" (fls. 26).

Os impetrantes afirmam, ainda, que as condutas imputadas ao paciente são atípicas. Isso porque a empresa SPLIT Corretora de Mercadorias Ltda. não é instituição financeira, nem se equipara a uma. Trata-se, sim, de corretora de mercadoria (bem móvel), que não necessita, para suas atividades, de autorização do Banco Central do Brasil.

Quanto às condutas, propriamente, os impetrantes dizem que o "crime de gestão fraudulenta não se aperfeiçoa com uma única operação ilícita, mas, ao contrário, sua tipificação reclama a demonstração de reiteradas condutas praticadas com finalidade do ilícito. Em outras palavras, haveria a necessidade da demonstração não só da gerere fraudulenter, mas também da habitualidade ou permanência da ação" (fls. 30).

Por fim, requerem o trancamento da ação penal, por inépcia da denúncia e falta de justa causa, decorrente da atipicidade das condutas.

Na decisão de fls. 106-107, indeferi a liminar.

A Procuradoria-Geral da República opina pela denegação da ordem (fls. 113-117).

É o relatório.

13/12/2005

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 86.879-7 SÃO PAULOV O T O

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (Relator): O presente *habeas corpus* tem por objetivo o trancamento da ação penal, por inépcia da denúncia e ausência de justa causa, em razão da atipicidade das condutas.

Relativamente à alegação de inépcia da denúncia, verifico que constam da inicial acusatória (fls. 38-70) os elementos indicativos de materialidade dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, bem como indícios de autoria suficientes para se deflagrar a ação penal, os quais foram reconhecidos, também, pelo acórdão do Superior Tribunal de Justiça. Nesse ponto, confira-se o voto condutor do acórdão, quanto à gerência fraudulenta de instituição financeira, emissão e negociação de títulos e valores mobiliários, episódio denominado "escândalo dos precatórios":

"Realmente. Diante da procuração outorgada ao paciente e do relato constante da peça acusatória, dando conta da movimentação de contas correntes da empresa outorgante em prejuízo do mercado financeiro e dos investidores, no que consistia, em tese, os atos de gestão fraudulenta, verifica-se a presença de indícios de autoria suficientes a justificar a sua inclusão no pólo passivo da ação penal.

Com efeito. Segundo ressaltou o acórdão recorrido (fl. 474), 'os atos de gestão fraudulenta foram realizados por meio de emissões e depósitos de cheques sucessivos, que visavam a mascarar operações irregulares com doleiros (...). Os atos de gestão configuram-se por comandos que podem causar prejuízos ao mercado financeiro ou aos investidores', motivo pelo qual não se acolhe a alegação de que o paciente não praticava atos de gestão por estar impedido de tomar qualquer decisão capaz de alterar o rumo da instituição.

Para a instauração da ação penal bastam indícios de autoria, suficientemente indicados pela procuração outorgada ao paciente e a outras 04 pessoas." (Fls. 99)

Quanto à descrição da conduta do paciente na denúncia, a jurisprudência desta Corte já firmou o entendimento de que, em crimes societários, não se faz necessária a individualização pormenorizada de condutas, bastando que se extraiam da peça acusatória os elementos suficientes para a configuração das condutas típicas imputadas. Nesse sentido, oportuna a transcrição de trecho do voto proferido pelo ministro Carlos Velloso:

"[...] tratando-se de crimes societários, não seria possível exigir do Ministério Público a descrição **minuciosa** da conduta daqueles que teriam participado do delito. A conduta de cada um deles esclarecer-se-á de forma favorável aos denunciados, ou até desfavorável, no correr da instrução." (HC 80.812, rel. para o acórdão min. Gilmar Mendes, DJ 05.03.2004 - Grifei)

Assim também: HC 84.048 (rel. min. Carlos Velloso, DJ 21.05.2004), Inq 1.578 (rel. min. Ellen Gracie, DJ 23.04.2004),

HC 75.868 (rel. min. Maurício Corrêa, DJ 06.06.2003), HC 74.813 (rel. min. Sydney Sanches, DJ 29.08.1997) e HC 73.419 (rel. min. Ilmar Galvão, DJ 26.04.1996).

A decisão do Superior Tribunal de Justiça apóia-se exatamente nessa linha de entendimento. Vejamos:

"Verifica-se, portanto, que, embora não se exija, nas hipóteses de crimes societários, a descrição pormenorizada da conduta de cada agente, resta evidenciada a descrição mínima do vínculo entre o denunciado e a empreitada criminosa a ele imputada, cujos elementos serão aprofundados no decorrer da ação penal, a fim de embasar, ou não, decreto condenatório." (Fls. 99)

E mais:

"Outrossim, em sede de crimes societários, em que a autoria nem sempre se mostra escancarada, a fumaça do bom direito deve ser abrandada, dentro do contexto fático obtido pelo Ministério Público no início da ação penal, permitindo-se razoável descrição da participação de cada agente.

Entender diferente seria inviabilizar a acusação e tolher a oportunidade do dominus litis provar a denúncia, pois a fase da instrução criminal é que se presta para esclarecer e pormenorizar a participação dos réus nos delitos, permitindo ampla dilação dos fatos e provas, momento em que a defesa poderá se valer de todos os aspectos relevantes para provar a inexistência de configuração da autoria, da materialidade do crime, ou, ainda, da existência de excludente de culpabilidade." (Fls. 99)

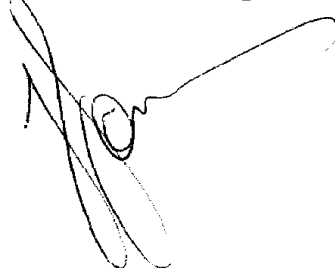
No que concerne à alegação de atipicidade da conduta do paciente, cumpre ressaltar que, em exame de habeas corpus, não cabe análise aprofundada de matéria probatória, razão por

que a atipicidade, se existente, deve ser flagrante, constatável de plano.

Entendo que não estamos diante de tal hipótese. Ao contrário, as condutas supostamente praticadas pelo paciente, tal como descritas na denúncia, configuram, em tese, os crimes capitulados nos arts. 4º, *caput*, e 7º, II, da Lei 7.492/1986 e no art. 288 do Código Penal. Aplicável, portanto, ao caso, o entendimento, já sedimentado nesta Corte, de que: "não se tranca a ação penal quando a conduta descrita na denúncia configura, em tese, crime" (cf. HC 83.184, rel. min. Carlos Velloso, Segunda Turma, DJ 03.10.2003).

Não há que se falar, portanto, em violação do art. 41 do Código de Processo Penal.

Do exposto, indefiro a ordem pleiteada.



13/12/2005

SEGUNDA TURMA

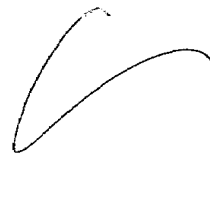
HABEAS CORPUS 86.879-7SÃO PAULO

V O T O

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Sr. Presidente, tal como já recordado pelo Relator, eu, em casos outros, acompanhando também divergências já instaladas no Tribunal, entendia de validar a idéia das denúncias genéricas em se tratando dos chamados crimes societários - até abrindo divergência com entendimento perfilhado por Vossa Excelência nesta Turma.

Todavia, já em sessões anteriores, venho revendo essa orientação, - e aí seguindo inclusive a doutrina adotada por Vossa Excelência - em razão da seriedade de que se reveste a denúncia, que obriga o eventual denunciado, a despender todo esforço no campo penal. Cuida-se de questões - já discutimos aqui - que muitas vezes envolvem até o próprio princípio da dignidade da pessoa humana. (MAUNZ-DÜRIG, *Grundgesetz Kommentar*, Band I, München, Verlag C.H.Beck , 1990, 1^ª 18)

Portanto, com essas considerações, com subsídios constantes do meu voto e também com a doutrina que Vossa Excelência tem desenvolvido nesta Turma, defiro a ordem.



13/12/2005

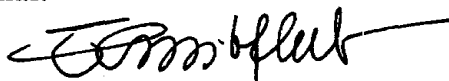
SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 86.879-7 SÃO PAULO**VISTA**

A Sra. Ministra Ellen Gracie: Sr. Presidente, pelo que pude perceber do voto do eminente Relator, não se trata aqui de caso como aquele referido da tribuna, o qual julguei anteriormente, em que não havia qualquer vinculação, liame, entre a atuação do acusado e a empresa em causa.

Tenho restrição quanto a essa posição muito genérica, ou seja, que se façam acusações sem qualquer vinculação entre os participantes, só pelo fato de que alguém passou perto da porta de uma empresa e, portanto, seria participante das eventuais fraudes praticadas.

No entanto, tenho alguma dificuldade de decidir desde logo e peço vista dos autos. Creio que não há prejuízo, o paciente não está preso, é caso de trancamento de ação penal.



SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 86.879-7

PROCED.: SÃO PAULO

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

PACTE.(S): RENATO BENTO MAUDONNET JÚNIOR OU RENATO BENTO MAUDONNAT
JÚNIOR

IMPTE.(S): ADRIANO SALLES VANNI E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S): CARMEM DA COSTA BARROS

COATOR(A/S)(ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Depois do voto do Ministro-Relator, **indeferindo** o pedido de **habeas corpus**, e do voto do Senhor Ministro Gilmar Mendes, **deferindo-o**, o julgamento foi suspenso em virtude de pedido de vista formulado pela eminente Ministra Ellen Gracie. **Falou**, pelo paciente, o Dr. Adriano Salles Vanni. **2ª Turma**, 13.12.2005.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Carlos Velloso, Ellen Gracie, Gilmar Mendes e Joaquim Barbosa.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Sandra Verônica Cureau.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador

21/02/2006

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 86.879-7 SÃO PAULO

VOTO VISTA

A Sra. Ministra Ellen Gracie: Senhor Presidente, a longa denúncia de fls. 37/70 imputou ao paciente a prática dos crimes de gestão fraudulenta de empresa (Lei 7.492/86, art. 4º), negociação de valores mobiliários sem registro prévio de emissão em autoridade competente e quadrilha ou bando (CP, art. 288), em concurso material.

2. A peça acusatória tem início com uma introdução sobre o funcionamento do esquema de precatórios. Estados e municípios emitiram títulos públicos lastreados em precatórios inexistentes, inflando o valor dos efetivamente existentes, e colocaram esses títulos no mercado. Nessas operações de compra e venda, o Banco Central detectou irregularidades e fraudes. Empresas financeiras previamente ajustadas criaram uma denominada *cadeia da felicidade*.

A denúncia expõe a trama, esclarecendo que os títulos eram vendidos para uma primeira instituição financeira, *conivente*, por preço bem inferior ao que fora contratado com o comprador final. Depois, sucessivas operações inflavam o preço da venda até o ponto em que uma empresa, sem respaldo financeiro e atuando como *laranja*, comprava por um preço próximo ao do início da cadeia e vendia por preço próximo a ser pago pelo comprador final, ficando, assim, com os lucros. No encerramento da cadeia, sempre havia a presença de uma instituição de grande porte atuando como comprador final.

Prossegue a vestibular descrevendo a participação da Split – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. como uma das instituições financeiras que atuava na intermediação de compra e venda dos títulos públicos e, também, na montagem da cadeia da felicidade. Grandes lucros auferiu essa instituição. Para lavar os recursos, utilizava-se da Split Corretora de Mercadorias Ltda., que mantinha uma conta-corrente na primeira instituição.

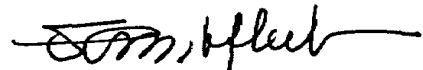
Cheques em grandes quantidades eram depositados nessa conta e também ordem de pagamento de terceiros, de modo a dificultar o estabelecimento de

uma relação entre os depósitos realizados e os saques efetuados. Dessa forma, a Split Corretora de Mercadorias tornou-se uma verdadeira câmara de compensação. Disso resultou que essa empresa passou a atuar em atividades não previstas no seu contrato social (fl. 52). Além disso, passou a atuar, também, na captação e na aplicação de recursos financeiros (fl. 53). Teria havido manifesta alteração, portanto, nas atividades sociais da corretora de mercadorias.

3. Ora, o paciente somente foi mencionado na denúncia porque figurava como procurador da Split Corretora de Mercadorias Ltda., como se vê a fl. 63. A procuração de fls. 72/73, outorgada pelos administradores da empresa, apenas atribuiu poderes ao paciente para, *“agindo sempre em conjunto com outro procurador, representar a empresa junto a estabelecimentos bancários com fim de abrir, movimentar e encerrar contas correntes”*.

A denúncia em relação ao paciente é, conseqüentemente, inepta. Não descreve qualquer fato típico que possa justificar o seu recebimento. A generalidade da peça é flagrante e manifesta. Afinal, do que deverá defender-se o paciente? A própria denúncia noticia que a Administração da Split Corretora de Mercadorias Ltda., à época dos fatos, era atribuição de outros que não o paciente (fl. 63). A peça inicial descreve uma conduta típica praticada por uma pessoa jurídica, e, como bem salientou a inicial deste *habeas corpus*, *“procedendo a uma verdadeira aplicação da responsabilidade objetiva, o que é indiscutivelmente inaceitável em se tratando de Direito Penal.”* (Fl. 26)

4. Meu voto, portanto, **defere o *habeas corpus***, acompanhando o Ministro Gilmar Mendes, em consonância, ademais, com os precedentes referidos na fl. 17 (Inq 1.656) e fl. 22 (Inq 1.637), ambos de minha relatoria.



/pbbp

21/02/2006

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 86.879-7 SÃO PAULOV O T O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Presidente): Vou pedir vênia ao eminente Ministro-Relator para dissentir de seu douto voto, acompanhando, em consequência, a divergência iniciada pelo eminente Ministro GILMAR MENDES, eis que manifestamente inepta a denúncia oferecida contra o ora paciente.

É preciso insistir na advertência - tendo em vista a natureza dialógica do processo penal acusatório, hoje impregnado, em sua estrutura formal, de caráter essencialmente democrático (JOSÉ FREDERICO MARQUES, "O Processo Penal na Atualidade", "in" "Processo Penal e Constituição Federal", p. 13/20, 1993, APAMAGIS/Ed. Acadêmica) - de que não se pode desconsiderar, na análise do conteúdo da peça acusatória (conteúdo esse que delimita e que condiciona o próprio âmbito temático da decisão judicial), o fato de que o sistema jurídico vigente no Brasil impõe ao Ministério Público, quando este deduzir determinada imputação penal contra alguém, a obrigação de expor, de maneira individualizada, a participação das pessoas acusadas da suposta prática da infração penal, a fim de que o Poder Judiciário, ao resolver a controvérsia



penal, possa, em obséquio aos postulados essenciais do direito penal da culpa e do princípio constitucional do "due process of law", e sem transgredir esses vetores condicionantes da atividade de persecução estatal, apreciar a conduta individual do réu, a ser analisada, em sua expressão concreta, em face dos elementos abstratos contidos no preceito primário de incriminação.

Cumpre ter presente, desse modo, na linha do que tenho enfatizado em diversas decisões proferidas nesta Suprema Corte (HC 79.399/SP, HC 80.799/RJ, HC 80.812/PA e HC 86.294/SP, v.g.), que se impõe, ao Estado, no plano da "persecutio criminis", o dever de definir, de modo preciso, a participação individual dos autores de quaisquer delitos, inclusive dos delitos societários, pois não tem sentido, sob pena de grave transgressão aos postulados constitucionais, permitir-se que a discriminação da conduta de cada denunciado venha a constituir objeto de prova a ser feita ao longo do procedimento penal.....

Mais do que a indispensável individualização do comportamento atribuído a cada réu, cabe, ao Ministério Público, ao formular a acusação penal, descrever - estabelecendo-a na própria denúncia - a relação causal entre a conduta imputada a cada um dos agentes e as práticas delituosas por eles supostamente cometidas.



Daí recente julgamento desta colenda Segunda Turma, proferido no exame do HC 83.948/SP, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, que restou consubstanciado em decisão assim ementada:

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. FRUSTRAÇÃO DE DIREITOS ASSEGURADOS POR LEI TRABALHISTA. ESTELIONATO. FORMAÇÃO DE QUADRILHA. INÉPCIA DA DENÚNCIA.

I. - É inepta a denúncia que não estabelece o vínculo entre as condutas atribuídas aos acusados e os atos ilícitos supostamente praticados.

II. - H.C. deferido." (grifei)

Esse mesmo entendimento também foi acolhido por esta colenda Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do HC 80.549/SP, Rel. Min. NELSON JOBIM, quando esta Corte, ao deferir o "writ" constitucional, apoiou-se em decisão que possui a seguinte e expressiva ementa:

"'HABEAS CORPUS'. PENAL. PROCESSO PENAL TRIBUTÁRIO. DENÚNCIA GENÉRICA. RESPONSABILIDADE PENAL OBJETIVA. INÉPCIA.

.....
Quando se trata de crime societário, a denúncia não pode ser genérica.

Ela deve estabelecer o vínculo do administrador ao ato ilícito que lhe está sendo imputado.

É necessário que descreva, de forma direta e objetiva, a ação ou omissão da paciente.

Do contrário, ofende os requisitos do CPP, art. 41 e os Tratados Internacionais sobre o tema.

Igualmente, os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Denúncia que imputa co-responsabilidade e não descreve a responsabilidade de cada agente é inepta.

O princípio da responsabilidade penal adotado pelo sistema jurídico brasileiro é o pessoal (subjetivo).



A autorização pretoriana de denúncia genérica para os crimes de autoria coletiva **não pode servir** de escudo retórico **para a não-descrição mínima** da participação **de cada** agente na conduta delitiva.

Uma coisa é a desnecessidade de pormenorizar.

Outra, é a ausência absoluta de vínculo do fato descrito com a pessoa do denunciado.

'Habeas' deferido." (grifei)

O Poder Público, tendo presente a norma inscrita no art. 41 do Código de Processo Penal, **não pode deixar de observar as exigências** que emanam desse preceito legal, **sob pena** de incidir em grave desvio jurídico-constitucional no momento em que exerce o seu **dever-poder** de fazer instaurar a "*persecutio criminis*" contra aqueles que, **alegadamente**, transgrediram o ordenamento penal do Estado.

Não foi por outra razão que o Supremo Tribunal Federal, em decisão de que foi Relator o saudoso Ministro BARROS MONTEIRO, deixou consignada **expressiva advertência** sobre o tema ora em exame (RTJ 49/388):

"'Habeas Corpus'. Tratando-se de denúncia referente a crime de autoria coletiva, é indispensável que descreva ela, circunstanciadamente, sob pena de inépcia, os fatos típicos atribuídos a cada paciente. Extensão deferida, sem prejuízo do oferecimento de outra denúncia, em forma regular."

Esse entendimento - que tem sido prestigiado por diversos e eminentes autores (DAMÁSIO E. DE JESUS, "Código de



Processo Penal Anotado", p. 40, 10ª ed., 1993, Saraiva; LUIZ VICENTE CERNICHIARO/PAULO JOSÉ DA COSTA JR., **"Direito Penal na Constituição"**, p. 84, item n. 8, 1990, RT; ROGÉRIO LAURIA TUCCI, **"Direitos e Garantias Individuais no Processo Penal Brasileiro"**, p. 212/214, item n. 17, 1993, Saraiva; JOAQUIM CANUTO MENDES DE ALMEIDA, **"Processo Penal, Ação e Jurisdição"**, p. 114, 1975, RT) - **repudia** as acusações genéricas, **repele** as sentenças indeterminadas e **adverte**, especialmente no contexto dos delitos societários, que **"Mera presunção de culpa, decorrente unicamente do fato de ser o agente diretor de uma empresa, não pode alicerçar uma denúncia criminal"**, pois **"A submissão de um cidadão aos rigores de um processo penal exige um mínimo de prova de que tenha praticado o ato ilícito, ou concorrido para a sua prática. Se isto não existir, haverá o que se denomina o abuso do poder de denúncia"** (MANOEL PEDRO PIMENTEL, **"Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional"**, p. 174, 1987, RT).

A leitura da **denúncia** oferecida contra o ora paciente **permite** constatar que o Ministério Público, **ao formular** acusação imperfeita, **não só deixou de cumprir** a obrigação processual de promover a descrição **precisa** do comportamento desse mesmo paciente, **como se absteve** de indicar fatos concretos que o vinculassem ao evento delituoso narrado na peça acusatória.



Tenho para mim, desse modo, que, no caso presente, a ausência de individuada e detalhada descrição do comportamento delituoso atribuído ao ora paciente, pela peça acusatória em questão, faz emergir, desse ato processual, o grave vício jurídico de que deriva, como efeito consequencial, séria ofensa aos "princípios da lealdade processual, do contraditório no processo penal e da defesa plena" (RTJ 33/430, Rel. Min. PEDRO CHAVES).

Cumpra ter presente, bem por isso, neste ponto, a advertência constante do magistério jurisprudencial desta Suprema Corte, que, ao insistir na indispensabilidade de o Estado identificar, na peça acusatória, com absoluta precisão, a participação individual de cada denunciado - e considerada a inquestionável repercussão processual desse ato sobre a sentença judicial -, observa que "Discriminar a participação de cada co-réu é de todo necessário (...), porque, se, em certos casos, a simples associação pode constituir um delito *per se*, na maioria deles a natureza da participação de cada um, na produção do evento criminoso, é que determina a sua responsabilidade, porque alguém pode pertencer ao mesmo grupo, sem concorrer para o delito, praticando, por exemplo, atos penalmente irrelevantes, ou nenhum. Aliás, a necessidade de se definir a participação de cada um resulta da própria Constituição, porque a responsabilidade criminal é pessoal, não transcende da pessoa do delinqüente (...). É preciso,

portanto, que se comprove que alguém concorreu com ato seu para o crime" (RTJ 35/517, 534, Rel. Min. VÍCTOR NUNES LEAL).

Tem-se, desse modo, que se revela inepta a denúncia, sempre que - tal como no caso ocorre - a peça acusatória, sem especificar a participação do acusado (e isso foi claramente demonstrado nos votos dos eminentes Ministros GILMAR MENDES e ELLEN GRACIE), vem a atribuir-lhe virtual responsabilidade solidária pelo evento delituoso, pelo só fato de pertencer ao corpo gerencial ou por atuar como mandatário da empresa (RHC 50.249/GB, Rel. Min. XAVIER DE ALBUQUERQUE).

A formulação de acusações genéricas, em delitos societários, sem a descrição, na denúncia, do vínculo causal entre o comportamento imputado ao agente e a prática delituosa a este atribuída, culmina por consagrar uma inaceitável hipótese de responsabilidade penal objetiva, com todas as gravíssimas consequências que daí podem resultar, consoante adverte, em precisa abordagem do tema, o ilustre Advogado paulista, Dr. RONALDO AUGUSTO BRETAS MARZAGÃO ("Denúncias Genéricas em Crime de Sonegação Fiscal", "in" "Justiça e Democracia", vol. 1/207-211, 210-211, 1996, RT):

"Se há compromisso da lei com a culpabilidade, não se admite responsabilidade objetiva, decorrente da imputação genérica, que não permite ao acusado conhecer



se houve e qual a medida da sua participação no fato, para poder se defender.

Desconhecendo o teor preciso da acusação, o defensor não terá como orientar o interrogatório, a defesa prévia e o requerimento de provas, bem assim não terá como avaliar eventual colidência de defesas entre a do seu constituinte e a do co-réu. O acusado será obrigado a fazer prova negativa de que não praticou o crime, assumindo o ônus da prova que é do Ministério Público, tendo em vista o princípio constitucional da presunção de inocência.

A denúncia genérica, nos crimes de sonegação fiscal, impossibilita a ampla defesa e, por isso, não pode ser admitida."

Cumpre ter presente, bem por isso, a séria objeção exposta pelo saudoso Ministro ASSIS TOLEDO, para quem "**Ser acionista ou membro do conselho consultivo da empresa não é crime. Logo, a invocação dessa condição, sem a descrição de condutas específicas que vinculem cada diretor ao evento criminoso, não basta para viabilizar a denúncia**" (RT 715/526 - grifei).

Essa mesma percepção do tema ora versado na presente sede processual foi revelada por esta Suprema Corte, em decisão, que, proferida no Inq 1.656/SP, Rel. Min. ELLEN GRACIE (RTJ 188/775), restou consubstanciada em acórdão assim ementado:

"INQUÉRITO. LEI Nº 8.137/90, ARTS. 1º e 2º.
DENÚNCIA. REQUISITOS. CPP, ART. 41. CRIME SOCIETÁRIO.

.....
2. Denúncia que, ao narrar os fatos, deixa de demonstrar qualquer liame entre o acusado e a conduta a ele imputada, torna impossível o exercício do direito à ampla defesa. Imprescindível a descrição da ação ou

omissão delituosa **praticada** pelo acusado, **sobretudo** por não ocupar qualquer cargo administrativo na associação e **ostentar posição** de um, dentre muitos, de seus integrantes.

3. O sistema jurídico penal brasileiro não admite imputação por responsabilidade penal objetiva.

4. Denúncia **rejeitada** em relação ao denunciado que detém foro por prerrogativa de função. (...)." (grifei)

É preciso insistir, pois, na circunstância de que a responsabilidade penal pelos eventos delituosos praticados no plano societário, em nome e em favor de organismos empresariais, deve necessariamente resolver-se - consoante adverte MANOEL PEDRO PIMENTEL ("Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional", p. 172, 1987, RT) - "na responsabilidade individual dos mandatários, **uma vez comprovada sua participação nos fatos**" (grifei), eis que, tal como salienta o saudoso Professor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, o princípio hoje dominante da responsabilidade por culpa - que não se confunde com o postulado da responsabilidade por risco - revela-se incompatível com a concepção do "versari in re illicita", banida do domínio do direito penal da culpa.

É que - tal como já decidiu o Supremo Tribunal Federal - a circunstância de alguém **meramente** ostentar a condição de sócio de uma empresa **não pode** justificar a formulação de **qualquer** juízo acusatório fundado numa **inaceitável** presunção de culpa (RTJ 163/268-269, Rel. Min. CELSO DE MELLO).



Não custa enfatizar, portanto - e torna-se imperioso fazê-lo -, que, no sistema jurídico brasileiro, **não existe** qualquer possibilidade de o Poder Judiciário, por simples **presunção** ou com fundamento em **meras suspeitas**, reconhecer, **em sede penal**, a culpa de alguém.

Na realidade, **os princípios democráticos** que informam o modelo constitucional consagrado na Carta Política de 1988 **repelem** qualquer ato estatal **que transgrida o dogma** de que **não haverá** culpa penal por **presunção** **nem** responsabilidade criminal por mera suspeita.

Meras conjecturas sequer podem conferir suporte material a **qualquer** acusação estatal. É que, **sem** base probatória consistente, dados conjecturais **não** se revestem, **em sede penal**, de idoneidade jurídica, **quer** para efeito de formulação de imputação penal, **quer** para fins de prolação de juízo condenatório.

Torna-se **essencial insistir**, portanto, na **asserção** de que, "Por exclusão, suspeita ou **presunção**, **ninguém pode ser condenado** em nosso sistema jurídico-penal", **consoante proclamou**, em lapidar decisão, o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (RT 165/596, Rel. Des. VICENTE DE AZEVEDO).



Desse modo, a análise de qualquer peça acusatória impõe que nela se identifique, desde logo, a narração objetiva, individuada e precisa do fato delituoso, que, além de estar concretamente vinculado ao comportamento de cada agente, deve ser especificado e descrito, em todos os seus elementos estruturais e circunstanciais, pelo órgão estatal da acusação penal.

Como já precedentemente enfatizado, a imputação penal não pode ser o resultado da vontade pessoal e arbitrária do acusador (RTJ 165/877-878, Rel. Min. CELSO DE MELLO). Este, para que possa validamente formular a denúncia penal, deve ter por suporte uma necessária base empírica, a fim de que a acusação - que deve sempre narrar a participação individual de cada agente no evento delituoso - não se transforme, como advertia o saudoso Ministro OROSIMBO NONATO, em pura criação mental do acusador (RF 150/393).

Uma das principais obrigações jurídicas do Ministério Público no processo penal de condenação consiste no dever de apresentar denúncia que veicule, de modo claro e objetivo, com todos os elementos estruturais, essenciais e circunstanciais que lhe são inerentes, a descrição do fato delituoso, em ordem a viabilizar o exercício legítimo da ação penal e a ensejar, a partir da estrita observância dos pressupostos estipulados no art. 41 do CPP, a



possibilidade de efetiva atuação da cláusula constitucional da plenitude de defesa.

Daí a advertência presente na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

"O processo penal de tipo acusatório repele, por ofensivas à garantia da plenitude de defesa, quaisquer imputações que se mostrem indeterminadas, vagas, contraditórias, omissas ou ambíguas. Existe, na perspectiva dos princípios constitucionais que regem o processo penal, um nexó de indiscutível vinculação entre a obrigação estatal de oferecer acusação formalmente precisa e juridicamente apta e o direito individual de que dispõe o acusado à ampla defesa.

A imputação penal omissa ou deficiente, além de constituir transgressão do dever jurídico que se impõe ao Estado, qualifica-se como causa de nulidade processual absoluta."

(RTJ 165/877-878, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Não se pode desconhecer que, no processo penal condenatório - que constitui estrutura jurídico-formal em cujo âmbito o Estado desempenha a sua atividade persecutória -, antagonizam-se exigências contrastantes que exprimem uma **situação de tensão dialética** configurada pelo **conflito** entre a pretensão punitiva deduzida pelo Estado e o desejo de preservação da liberdade individual manifestado pelo réu.

A **persecução penal**, cuja instauração é justificada pela suposta prática de um ato criminoso, **não se projeta nem se**



exterioriza como uma manifestação de absolutismo estatal. De **exercício indeclinável**, a "*persecutio criminis*" **sofre** os condicionamentos **que lhe impõe** o ordenamento jurídico. A **tutela da liberdade**, desse modo, **representa uma insuperável limitação constitucional** ao poder persecutório do Estado.

As **limitações** à atividade persecutório-penal do Estado traduzem **garantias** dispensadas pela ordem jurídica à preservação, pelo suspeito, pelo indiciado ou pelo acusado, do seu estado de liberdade.

Tenho salientado, nesta Corte, **que a submissão** de uma pessoa à jurisdição penal do Estado coloca em evidência a **relação de polaridade conflitante** que se estabelece **entre** a pretensão punitiva do Poder Público, de um lado, **e** o resguardo à intangibilidade do "*jus libertatis*" titularizado pelo réu, de outro.

A **persecução penal**, enquanto atividade estatal juridicamente vinculada, **rege-se** por padrões normativos, que, **consagrados** pela Constituição e pelas leis, **traduzem limitações significativas** ao poder do Estado. **Por isso mesmo**, o processo penal **só pode ser concebido - e assim deve ser visto -** como instrumento de salvaguarda da liberdade do réu (JOÃO MENDES DE ALMEIDA JÚNIOR, "O Processo Criminal Brasileiro", vol. I/8, 1911).



A denúncia - enquanto instrumento formalmente consubstanciador da acusação penal - constitui peça processual de indiscutível relevo jurídico. Ela, antes de mais nada, ao delimitar o âmbito temático da imputação penal, define a própria "res in judicio deducta".

A peça acusatória, por isso mesmo, deve conter a exposição do fato delituoso, em toda a sua essência e com todas as suas circunstâncias. Essa narração, ainda que sucinta, impõe-se ao acusador como exigência derivada do postulado constitucional que assegura ao réu o exercício, em plenitude, do direito de defesa. Denúncia que não descreve, adequadamente, o fato criminoso e que também deixa de estabelecer a necessária vinculação causal da conduta individual de cada agente ao evento delituoso a ele imputado qualifica-se como denúncia inepta (RTJ 57/389 - RTJ 163/268-269).

Lapidar, sob esse aspecto, o magistério do eminente Desembargador paulista, ALBERTO SILVA FRANCO, para quem (RT 525/372-375):

"Num processo de tipo acusatório, não se compreende que o objeto da acusação fique ambíguo, indefinido, incerto ou logicamente contraditório, pois é ele que estabelece os limites das atividades, cognitiva e decisória, do Juiz. A este efeito do objeto da acusação é que EBERHARD SCHMIDT denominou de vinculação temática do Juiz. Este só pode ter 'como objeto de suas




comprovações objetivas e de sua valoração jurídica aquele sucesso histórico cuja identidade, com respeito ao **fato** e com respeito ao **autor**, resulta da ação (...)."

Não custa rememorar que foi em proveito da liberdade individual que se impôs, ao órgão da acusação, o dever de incluir, na denúncia, **todos os elementos essenciais** à **exata** compreensão da imputação penal deduzida contra o suposto autor do comportamento delituoso.

Essa obrigação processual do Ministério Público guarda íntima conexão com uma garantia fundamental outorgada pela Constituição da República em favor daqueles que sofrem, em juízo, a persecução penal movida pelo Estado: a **garantia da plenitude de defesa**.

É por essa razão que VICENTE GRECO FILHO ("Manual de Processo Penal", p. 64, 1991, Saraiva), ao versar o tema referente aos princípios constitucionais que regem o processo penal, **estabelece** o nexo de indiscutível vinculação **que existe** entre a obrigação estatal de oferecer acusação formalmente precisa e juridicamente apta, de um lado, e o direito individual de que dispõe o acusado à ampla defesa, de outro:

"Outro requisito essencial à ampla defesa é a apresentação clara e completa da acusação, que deve ser



formulada de modo que possa o réu contrapor-se a seus termos. É essencial, portanto, a descrição do fato delituoso em todas as suas circunstâncias. Uma descrição incompleta, dúbia ou que não seja de um fato típico penal gera a inépcia da denúncia e nulidade do processo, com a possibilidade de trancamento através de 'habeas corpus', se o juiz não rejeitar desde logo a inicial. Para que alguém possa preparar e realizar sua defesa é preciso que esteja claramente descrito o fato de que deve defender-se." (grifei)

É que, se assim não for, inverter-se-á, de modo ilegítimo (e inaceitável), no processo penal de condenação, o ônus da prova, com evidente ofensa ao postulado constitucional da não-culpabilidade.

Não custa enfatizar, por isso mesmo, na linha do magistério jurisprudencial consagrado no âmbito do Supremo Tribunal Federal, que "Nenhuma acusação penal se presume provada. Não compete ao réu demonstrar a sua inocência. Cabe, ao Ministério Público, comprovar, de forma inequívoca, a culpabilidade do acusado. Já não mais prevalece, em nosso sistema de direito positivo, a regra, que, em dado momento histórico do processo político brasileiro (Estado Novo), criou, para o réu, com a falta de pudor que caracteriza os regimes autoritários, a obrigação de o acusado provar a sua própria inocência (Decreto-Lei nº 88, de 20/12/37, art. 20, n. 5)" (RTJ 161/264-266, 265, Rel. Min. CELSO DE MELLO).



Desse modo, e tendo presentes as razões expostas, **peço**
vênia para deferir o pedido de "habeas corpus", **acompanhando** os
doutos votos proferidos pelos eminentes Ministros GILMAR MENDES e
ELLEN GRACIE, **considerada a evidente inépcia** que afeta e compromete
a denúncia **oferecida** pelo Ministério Público Federal.

É o meu voto.



SEGUNDA TURMA**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 86.879-7**

PROCED.: SÃO PAULO

RELATOR ORIGINÁRIO : MIN. JOAQUIM BARBOSA

RELATOR PARA O ACÓRDÃO : MIN. GILMAR MENDES

PACTE.(S): RENATO BENTO MAUDONNET JÚNIOR OU RENATO BENTO MAUDONNAT JÚNIOR

IMPTE.(S): ADRIANO SALLES VANNI E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S): CARMEM DA COSTA BARROS

COATOR(A/S)(ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Depois do voto do Ministro-Relator, **indeferindo** o pedido de **habeas corpus**, e do voto do Senhor Ministro Gilmar Mendes, **deferindo-o**, o julgamento foi suspenso em virtude de pedido de vista formulado pela eminente Ministra Ellen Gracie. **Falou**, pelo paciente, o Dr. Adriano Salles Vanni. **2ª Turma**, 13.12.2005.

Decisão: Adiado o julgamento. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello. Presidiu, este julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie. **2ª Turma**, 14.02.2006.

Decisão: A Turma, por votação majoritária, **deferiu** o pedido de **habeas corpus**, nos termos do voto do Ministro Gilmar Mendes, vencido o Ministro-Relator, que o **indeferia**. **Redigirá** o acórdão o eminente Ministro Gilmar Mendes. **2ª Turma**, 21.02.2006.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão a Senhora Ministra Ellen Gracie e os Senhores Ministros Gilmar Mendes e Joaquim Barbosa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo da Rocha Campos.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador